

# Cidadão tem como resolver problemas sem ir à Justiça

Ministério Público mantém Promotoria Comunitária em Santos: incentivo ao diálogo



MP procura se aproximar da população, agindo de forma preventiva

SANDRO THADEU  
DA REDAÇÃO

A Constituição Federal aponta que o Ministério Público tem como atribuição a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Por muitos anos, a instituição ficou marcada por um caráter acusatório.

Agora, o MP está diante de uma nova realidade e age preventivamente em busca de soluções para problemas, envolvendo órgãos públicos, sociedade civil e comunidade científica com as chamadas promotorias comunitárias.

Uma unidade desse tipo está instalada na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos (UniSantos) desde o início de março. Os primeiros frutos desse trabalho começam a aparecer. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 16 às 18 horas.

Um dos promotores de Justiça que integram o projeto, Ivan da Silva, explica que uma das primeiras reclamações registradas foi de poluição sonora oriunda de uma academia, em Santos. O pedido veio acompanhado de um abaixo-assinado de moradores do entorno.

Como o gerente do estabelecimento se mostrou disposto a buscar uma solução desde o primeiro momento, não houve a necessidade de abrir um inquérito para apurar a situação, evitando que o tema fosse levado à Justiça. Com isso, o pedido desses cidadãos será atendido mais rapidamente.

"Queremos mostrar para a comunidade que, se ela estiver unida e organizada, terá condi-

ções de cobrar as autoridades para encontrar soluções. Essa experiência tem sido bem-sucedida em algumas áreas de São Paulo, como Parelheiros e Santo Amaro", explica.

Conforme o promotor Carlos Alberto Carmello Júnior, esse novo núcleo na Cidade busca aproximar a população do Ministério Público. A ideia é que a comunidade traga suas demandas, ainda que informalmente, para que juntos possam buscar respostas.

Aos poucos, as queixas começam a aparecer. Uma das mais recentes está relacionada à qualidade do serviço de transporte coletivo intermunicipal entre

Santos e São Vicente.

Se uma resposta convincente ou solução não for apresentada pela empresa Viação Piracicabana, a questão será encaminhada para o promotor, que terá a responsabilidade de abrir um inquérito civil.

## APRENDIZADO

Com o desenvolvimento do projeto, Carmello Júnior acredita que outros colegas estarão mais presentes para o fortalecimento do trabalho. Com o tempo, a iniciativa deverá envolver alunos de outras graduações da UniSantos para ajudar nas demandas apresentadas.

Essa experiência será impor-

## Opiniões

**"Ainda acredito que existe um distanciamento muito grande entre o que promotor faz e o que a população entende do nosso trabalho no Ministério Público. Esperamos acabar com essa barreira com a Promotoria Comunitária"**

Carlos Alberto Carmello Júnior (foto), promotor de Justiça

FERNANDA LUIZ - 17/7/12



**"Uma das nossas ideias é possibilitar que os representantes do Poder Público e as concessionárias de serviços públicos possam dar respostas para as demandas apresentadas pela comunidade. Faremos esse trabalho de intermediação"**

Ivan da Silva, promotor de Justiça

tante para os alunos, principalmente aqueles da área de Direito da instituição de ensino, que prestam o primeiro atendimento e fazem a triagem dos casos.

"A chance efetiva de participar dos processos de decisão coletiva não é dada ao estudante durante a faculdade. Ao se fazer presente nessa tentativa de fazer com que as pessoas escolham os caminhos, ele terá uma bagagem educacional diferenciada", aponta.

## Entre as reclamações, discriminação

Um dos casos acompanhados pela Promotoria Comunitária que mais chamam a atenção é a dificuldade de os jovens da Vila Pantanal, no Sabão, conseguirem trabalho após dizer, em entrevistas de emprego, onde moram. A reclamação desse preceito foi protocolada por um grupo de mães daquela comunidade.

Para o promotor Carlos Alberto Carmello Júnior, esse assunto será um grande desafio para o Ministério Público e mostrará a importância desse novo núcleo na Cidade.

"Buscaremos ampliar essa discussão em um tom informal. Nessa troca de ideias, poderemos construir coletivamente melhorias para a comu-

nidade, que podem ser simples, tornando aquilo que não seria palpável em algo concreto que mudará aos poucos aquela realidade", justifica o promotor.

Outra queixa protocolada veio dos moradores do São Manoel, na Zona Noroeste. Eles reclamam que estão isolados do ponto de vista da comu-

nicação, pois nenhuma operadora de internet leva sinal até o bairro. Desde o ano passado, o acesso à rede mundial de computadores é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU) um direito básico.

## PARCERIA

Um dos parceiros do projeto da Promotoria Comunitária é o Instituto Elos. Os integrantes dessa organização agem como facilitadores nas plenárias mensais a fim de criar um ambiente menos formal para que os cidadãos possam se manifestar nessas reuniões.

De acordo com a coordenadora do Núcleo de Realização do Elos, a arquiteta Thais Polydoro Ribeiro, a entidade também colabora com a criação de estratégias para estimular a população a levar suas queixas para o Ministério Público.